ANO 3

VEREDICTO

BOLETIM INFORMATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA 05 DE MAIO DE 2010 EDIÇÃO 69

Turmas Recursais de Santa Catarina começam a discutir a uniformização da jurisprudência

Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi iniciou os trabalhos no primeiro dia do Encontro

A Academia Judicial promoveu, nos dias 29 e 30 de abril, o VIII Encontro de Turmas Recursais de Santa Catarina, em Florianópolis, que reuniu 18 magistrados atuantes naqueles órgãos.

Na solenidade de abertura, realizada no dia 29, na sede da Associação Catarinense de Magistrados (AMC), o coordenador dos Juizados Especiais de Santa Catarina, desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, destacou a importância em regulamentar a uniformização da jurisprudência das Turmas Recursais catarinenses - foco do evento. "Já recebemos várias propostas de diversos juízes; é muito bom saber que todos estão acompanhando e se interessando por esse novo alinhamento dos Juizados Especiais", acrescentou o magistrado.

As Turmas de Recursos - que representam a segunda instância dos Juizados Especiais – devem uniformizar seus julgamentos por exigência da Lei n. 12.153/09, que passará a vigorar em junho de 2010. Para regulamentar o procedimento, os juízes montaram grupos de trabalho nos dois dias do evento, a fim de preparar a minuta que será encaminhada ao Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Meios Não Adversariais de Resolução de Conflitos.

Magistrados das Turmas de Recursos de Santa Catarina estiveram presentes no VIII Encontro

O que é Turma de Recursos?

É um grupo de magistrados de 1º Grau que possui competência para julgar recursos dos Juizados Especiais. Qualquer insatisfação com as decisões do Juizados não são direcionadas ao TJ, mas sim às Turmas de Recursos.

Corregedor-geral da Justiça, desembargador Solon d'Eça Neves, orienta e colhe sugestões nas comarcas do Oeste

Uma série de reuniões e visitas marcou o roteiro do corregedor-geral da Justiça, desembargador Solon d'Eça Neves, e dos juízes-corregedores Dinart Francisco Machado e Júlio César Machado de Melo, na última semana. A equipe foi conhecer a realidade do Oeste catarinense, a fim de promover a aproximação do TJ com a Justiça de 1º Grau, além de orientar e receber sugestões para melhorar o serviço judiciário.

Em São Miguel do Oeste, Chapecó e Concórdia, os juízes receberam orientações, com ênfase no detalhamento das Metas 1, 2 e 3 do CNJ, direcionadas à Justiça de 1ª instância no ano de 2010.

O corregedor recebeu sugestões e pedidos referentes às necessidades dos servidores e à infraestrutura das comarcas, e tratou de temas como rotina de trabalho e relacionamento entre os profissionais do Direito. Servidores e advogados também foram ouvidos. As visitas incluíram, também, as cidades de São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Anchieta, Campo Erê, Modelo, Maravilha, Pinhalzinho, Cunha Porã, Xaxim, Xanxerê e Seara. Para o final de maio, já estão previstas viagens à região do Meio-Oeste catarinense.

Des. Solon é o responsável pelas visitas e reuniões

O juiz-corregedor Júlio César de Melo, à frente da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude (Cepij), aproveitou para fazer vistorias na Cadeia Pública de Maravilha e conversar com os magistrados que atuam nas Varas de Infância e Juventude.

TJ recebe, em visita protocolar, novo embaixador da Alemanha no Brasil

O presidente em exercício do TJ, desembargador José Gaspar Rubik, recebeu em gabinete, no dia 23 de abril, o embaixador da República da Alemanha, Wilfried Grolig, e o cônsul-geral da Alemanha em Porto Alegre, Norbert Kürstgens.

Ao lado dos desembargadores José Mazoni Ferreira e Cláudio Valdyr Helfenstein, as autoridades apresentaram e compararam as estruturas do Poder Judiciário de seus respectivos países.

O presidente do TJ destacou, ainda, o funcionamento da Câmara Regional de Chapecó e das Casas da Cidadania em Santa Catarina.

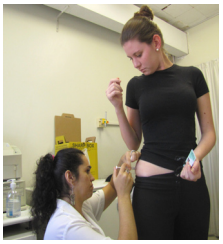
VEREDICTO
05/05/2010 EDIÇÃO 69

Presidente do TJ recebe governador Pavan em visita protocolar

No dia 27 de abril, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade dos Santos, recebeu, em gabinete, o governador Leonel Pavan.

O encontro foi pautado por assuntos de interesse do Executivo e do Judiciário.

Poder Judiciário imuniza servidores contra a gripe H1N1



A Diretoria de Saúde realizou, no dia 03 de maio, vacinação contra a gripe sazonal e a gripe A (H1N1), para imunizar servidores, bolsistas e estagiários do TJ e da Comarca da Capital.

Nas demais comarcas, a vacinação foi programada em etapas, e será realizada até o dia 10 de maio - data em que acontecerá novamente no TJ.

Justiça em números

Número de divórcios em Santa Catarina

2006	2.058
2007	2.157
2008	2.057
2009	1.901

Redução de 7,5% em quatro anos

Perfil: João Luiz Baltazar

Dizem que todo brasileiro adora uma cervejinha. Já o servidor João Luiz Baltazar, 27 anos, foi além da simples degustação, e resolveu fabricar sua própria "gelada". Lotado desde 2006 na Diretoria Judiciária, Baltazar iniciou a empreitada há dois anos, após participar de um workshop sobre a bebida.

O preparo dá trabalho. Além dos gastos com panelas, água, gás e equipamentos, são necessárias cerca de seis horas para misturar os ingredientes (malte, lúpulo e fermento) e fervê-los, e é preciso esperar dezoito dias para a fermentação e envelhecimento da bebida. O preparo rende 30 litros de cerveja, e o custo final fica em torno de R$ 4,00/litro. "Tem todo um investimento, mas, em compensação, o sabor é muito superior ao das cervejas comuns", afirma. O produto já tem até nome: Baltrich – fusão do seu sobrenome com o de um amigo, que o ajuda na produção.

Nas confraternizações do TJ, Baltazar sempre dá um jeito de levar a bebida artesanal. Apesar de ser um pouco mais amarga, ele afirma que os colegas aprovam o produto - oferecido de graça. "Eu nunca cobrei um centavo por gole", revela.

Além de cervejeiro, o rapaz, recém-formado em Direito, fez parte do grupo teatral Comédia Esporte Clube, e foi vice-campeão catarinense de futebol americano, pela equipe Florianópolis Istepôs. Seu objetivo profissional é seguir carreira como Procurador da Fazenda. Mas isso já rende uma outra história...

Acima, rótulo da cerveja artesanal. Ao lado, a cerveja pronta para degustação.

Fotos: Arquivo Pessoal

Pinga Fogo

Em recente julgamento, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que há necessidade de representação da vítima de crime de lesão corporal leve, qualificado pela violência doméstica, o que torna a ação penal pública condicionada. Para o juiz Leopoldo Augusto Brüggemann, que possui longa experiência em varas criminais e implantou a Unidade da Violência Doméstica na Comarca da Capital, a interpretação do STJ pode ser traduzida como um retrocesso. O magistrado conversou com o VEREDICTO e explicou suas preocupações:

1. Qual o problema em exigir representação da vítima em casos de violência doméstica ?
R: Como exigir de alguém que é dependente financeiramente do próprio agressor, e que por ele é subjugada e violentada, plena liberdade para dar ao Estado o sinal verde para processá-lo? Nunca! Até porque muitas vezes o agressor a espera no corredor do fórum, como forma de pressão, para saber da decisão tomada.

2. O objetivo da Lei Maria da Penha - reduzir a violência doméstica e dar maior proteção às mulheres -, desta forma, fica desvirtuado?
R: A lei tem como mote não somente defender a integridade física da mulher, mas tentar eliminar a sua própria submissão, servindo a pena como reprovação plena do ataque àquela que é o esteio da família. Pena que agora corremos o risco do retrocesso.

3. O que se pode esperar do futuro da Lei Maria da Penha, então ?
R: Salvo melhor juízo, entendo que a decisão do STJ implicará um forte passo a favor da violência doméstica. Doravante, como já acontecia, a impunidade se perpetuará.

VEREDICTO é o Boletim Eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Presidente: Des. José Trindade dos Santos. Corregedor-Geral da Justiça: Des. Solón d'Eça Neves. Jornalista responsável: Ângelo Medeiros (SC 445-JP). Textos: Bruna Correa, Eduardo Nascimento, Sandra de Araújo e Sissa Granada. Fotos: Assessoria de Imprensa/TJSC. Diagramação: Rafaela Dornbusch. Projeto Gráfico: Gisele Pottker/DAG. E-mail: ai@tj.sc.gov.br